

EDITORIAL

Em tempos sombrios, há urgência de pensar o Brasil

Professores da UFRJ escrevem sobre a crise política do país

A parte emoções, em seus variados (e compreensíveis) graus de intensidade, se impõem, urgentes, reflexões sobre a situação política criada pelo encarceramento do ex-presidente Lula. A seis meses de eleições gerais vislumbradas por muitos como oportunidade de retomada da normalidade democrática, o candidato à Presidência da República detentor dos mais elevados índices de intenção de voto é impedido de concorrer. Um fato que por si já não seria trivial, qualquer que fosse o personagem. Em se tratando, porém, de um ex-presidente que terminou oito anos de governo com

elevados índices de aprovação, as repercussões podem beirar o impensável.

Preocupações são inerentes à insegurança institucional. No conturbado contexto em que o Brasil se encontra, pairam ameaças à sequência do processo eleitoral, à garantia das liberdades civis, e, enfim, à própria democracia. Preocupações de tal natureza suscitam, sem dúvida, manifestações de emoção. Mas igualmente convocam à reflexão que, de algum modo, relativiza o imponderável.

A diretoria da Adufrj entende que refletir sobre os recentes acontecimentos que sacudiram o país e seus possíveis

desdobramentos é, no momento, tarefa que cabe à Universidade cumprir. Nesse sentido, o **Boletim da Adufrj** confere prioridade ao tema, buscando justamente incentivar a reflexão. Procurados, docentes de diferentes áreas se dispuseram a apresentar breves depoimentos, e alguns, do campo precípua das ciências sociais, foram convidados a produzir análises mais focalizadas, embora, obviamente, curtas. O açodado ritmo dos lances que se sucederam na conjuntura dificultou a nossa empreitada que, contudo, se vier a contribuir para alimentar o debate, terá sido bem-sucedida. Boa leitura.

COMPORTAMENTO ERRÁTICO CORRÓI LEGITIMIDADE DO STF



José Murilo de Carvalho, um dos mais renomados historiadores brasileiros, mira passado, presente e futuro e vaticina sobre as eleições: “Se ganhar um candidato de extrema-direita, que Deus tenha piedade de nós”. Em entrevista ao Boletim, ele alerta que o pior problema do Brasil não é a corrupção, mas sim a desigualdade.

**FERNANDA DA ESCÓSSIA
E ISABELLA DE OLIVEIRA**
comunica@adufRJ.org.br

Qual sua avaliação da prisão de Lula?

É um momento de crise nacional, nunca tivemos um presidente preso por crime comum. É uma complicação grande, crime político é mais fácil de gerar reação. Ao mesmo tempo em que temos a cúpula do PMDB na cadeia, o próprio Temer ameaçado de processo, creio que o Judiciário e o Ministério Público estejam escolhendo particularmente o PT e a esquerda. Não há como tirar a interpretação política.

Em que este momento se associa a outras crises, como o suicídio de Getúlio?

1954 foi crise política, não institucional. Girou em torno do combate a Getúlio e sua política, no contexto do anticomunismo da Guerra Fria. O suicídio desnorteou seus inimigos. E o PTB tinha líderes capazes de dar continuidade à política varguista. Um dos grandes problemas do PT é não ter substitutos para Lula eleitoralmente viáveis. O discurso de Lula antes da prisão lembrou a carta-testamento de Getúlio, escrita por José Soares Maciel Filho.

Como analisa o papel do STF?

Diante da desmoralização do Legislativo e do Executivo, o STF era o poder que mais legitimidade detinha, de acordo com pesquisas de opinião. Seu comportamento errático, suas disputas internas, as manifestações fora dos autos estão corroendo sua legitimidade.

A prisão de Lula ameaça marcas de sua era, como as políticas sociais?

A desigualdade é o principal problema do país e o povo não é bestializado. Enquanto houver eleições, candidato que não der atenção ao

problema não será eleito ou, se eleito, não governará. O Brasil precisa de um forte partido de esquerda que ponha ênfase no combate à desigualdade. O PT precisaria reinventar-se para cumprir esse papel.

Considera possível a formação de uma frente de esquerda?

É difícil no primeiro turno. Partidos pequenos preferem concorrer sozinhos. No segundo turno, vai depender de quem estiver concorrendo. Uma frente contra Bolsonaro é plausível.

Quais os desdobramentos para a eleição?

É possível que Lula concorra, mas a probabilidade maior é que não. Se não concorrer, haverá crítica que o processo não foi legítimo, pois o candidato com maior apoio não participou. Se concorrer, é difícil prever o efeito da condenação. Qualquer um que for eleito não vai ter um governo fácil, a grande fragmentação do país se manterá. Se Lula ganhar, será mantida sua oposição. Se ganhar um candidato da extrema-direita, bom, que Deus tenha piedade de nós. Não há candidato de centro em boa posição eleitoral. O que me preocupa não é tanto o amanhã, mas os principais problemas do país: a desigualdade, o desemprego. Essas disputas tornam mais difícil recuperar a economia e retomar uma política de combate à desigualdade e de inclusão social.

A eleição então não encerra a crise?

A eleição, com ou sem Lula, não deverá encerrar a crise. O vencedor enfrentará oposição forte e terá que montar uma base no Congresso pagando o preço que os presidentes anteriores têm pago. O principal problema, crescimento com redução da desigualdade, permanecerá sem solução. Meu livro “Os bestializados” mostra que o povo NÃO era bestializado. Quem achar o contrário só leu o título.



Vários de nós pensávamos ter superado a ditadura militar e consolidado um país com uma certa garantia de liberdades e instituições democráticas. Estamos vendo isso não tão seguro. Temos de fazer o que já fizemos no passado: fazer de cada lugar uma trincheira em defesa de democracia e das liberdades democráticas. Nesse sentido, a universidade é um lugar muito importante, onde pode haver trocas de saberes entre professores, estudantes, intelectuais, militantes. De diversos campos de reflexão que podem pensar caminhos e formas de resistência. O futuro do país está nebuloso. A prisão do ex-presidente deixa o Brasil numa incerteza até mesmo da realização das eleições. Como cidadãos, temos que pensar em resistir e, como professores e pesquisadores da UFRJ, temos que oferecer um espaço de debates e troca dialógica para ajudar no avanço da democracia.

MARIA PAULA

Professora do Instituto de História e diretora da AdufRJ



O discurso da corrupção tem sido usado para golpear a democracia. Foi assim em 54, no processo que levou ao suicídio de Getúlio, e em 64, quando houve o golpe. Ninguém é a favor da corrupção - só os corruptos. O problema é usar o combate à corrupção para atingir a hegemonia que tem que ser conquistada pelo voto. A universidade tem de exercer papel crítico. Como cidadão, tenho participado de fóruns de discussões. Considero assustadora a onda de conservadorismo, há um ovo da serpente sendo gestado.

ROBERTO MEDRONHO

Professor e diretor da Faculdade de Medicina



O diálogo com a juventude é fundamental. As manifestações de 2013 mostraram um desconhecimento da política e devem ser agora politizadas. Os sindicatos não são o caminho, pela natureza corporativa que não permite a discussão ideológica. O próprio Lula sabia disso e fundou o PT. Eu me filiei ao PT no impeachment da Dilma, quando começou o processo em curso e outros professores da UFRJ fizeram isso. Subscrevi os abaixo-assinados e coisas do tipo. Mas pretendo, nos próximos dois meses, dar atenção à construção de um núcleo do PT na UFRJ. A universidade é lugar onde passo a vida e é o lugar para exercer a cidadania.

PEDRO LAGERBLAD
Professor do Instituto de Bioquímica Médica

PARA ONDE VAMOS?



MAURO OSORIO
Economista e professor associado da Faculdade Nacional de Direito

O Brasil melhorava desde a Constituição Cidadã. Instituições como a Receita e a Polícia Federal foram progressivamente fortalecidas. Quando Thomaz Bastos – ministro da Justiça no governo Lula – faleceu, o conservador jornal Estadão deu destaque à organização que ele realizou na Polícia Federal para combate à lavagem de dinheiro.

Em 2013, foram organizadas manifestações contra o aumento do preço das passagens de ônibus, que posteriormente adotaram o equivocado discurso de que, com o fim da corrupção, todos os problemas sociais estariam resolvidos.

As manifestações também caminharam hegemonicamente para um discurso raivoso contra a política, inclusive proibindo e rasgando bandeiras de partidos políticos.

Desde então, a raiva tem aumentado. Quando Dilma foi reeleita presidente, em 2014, a realidade macroeconômica do país necessitava de ajustes, mas as avalições públicas de economistas eram, de forma bastante consensual, que a economia teria pequeno crescimento em 2015.

O que gerou, então, a queda no PIB, naquele ano, de em torno de 3,5%? Parece-me que foi a radicalização política, com pautas-bombas e outras maluquices, que contaminaram as expectativas econômicas, paralisaram os investimentos e prejudicaram o consumo, principal fonte da grave recessão em 2015 e 2016.

Entre os desdobramentos, a prisão do ex-presidente Lula, baseada em processo que afirma que ele teria aceito um apartamento como propina para facilitar relações de empresas privadas com a Petrobras – apartamento que objetivamente não é dele –, parece-me que não pacifica o país. A prisão do Lula pode ampliar a crise política e as incertezas sobre a economia, principalmente em um cenário em que existe a possibilidade de termos um presidente, em 2019, que homenageia o falecido coronel Ustra, notório torturador.

Em um país que perdeu quase três milhões de empregos com carteira assinada desde janeiro de 2015, a volta do fortalecimento das instituições e um debate com um mínimo de racionalidade são fundamentais.



No domingo, eu me filiei ao PT pela internet. Eu já vinha pensando nesta possibilidade há algum tempo. Embora eu não me sinta alinhada com partido algum, fiz isso como um ato de resistência. Acredito que a prisão do Lula foi um marco do processo de eliminação de um projeto de país. Também procuro conversar com os colegas, alunos e técnicos sobre a importância das próximas eleições. E não apenas na campanha para presidente. Não podemos perder de vista que foi este Parlamento que destituiu Dilma Rousseff, que está passando estas reformas que retiram direitos. Tenho medo de que algumas conquistas recentes, como as cotas nas universidades públicas, se percam num futuro próximo. No momento, estou diretora do Instituto de Bioquímica Médica, mas, findo o mandato, vou atuar bastante para eleger candidatos que defendam uma sociedade mais justa. No seu discurso, o Lula disse que se transformou em uma ideia. É isso que a gente deve levar adiante.

LINA ZINGALI
Professora do Instituto de Bioquímica Médica

UMA CONDENAÇÃO NÃO COMPORTA APENAS UMA LEITURA



O Andes divulgou nota no dia 6, denunciando a seletividade da Justiça e mostrando que não podemos encarar este problema fora do contexto dos ataques aos direitos democráticos e sociais, como a execução da Marielle e a intervenção federal no Rio. Convocamos as seções sindicais a participarem dos atos, o Andes estava presente em boa parte deles. No Rio não foi diferente. Não tem como dar aulas sem conversar a respeito do cotidiano, do aprofundamento da crise. Tenho conversado com meus estudantes. A universidade, que vem sofrendo tantos ataques, só vai se fortalecer a partir deste tipo de diálogo entre todas as categorias. Aprofundar a democracia é uma forma de resistência fundamental agora.

CLÁUDIO RIBEIRO

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e diretor do Andes



FLÁVIO ALVES MARTINS

Professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ

Em 2011 publicaram-se artigos sob o tema “O Brasil pós-Lula: cenários e tendências contemporâneas”. Agora, várias também são as iniciativas, mas sob uma nova conjuntura. O que era um Brasil democrático e com respeito à independência dos Poderes constituídos, agora apresenta-se como um país tomado de desrespeitos em um regime de “normalidade formal” (ou de exceção disfarçada).

Conforme já foi dito, a confirmação da condenação de Lula e a ordem de prisão foram uma espécie de *spoiler* judicial: todos já sabiam. Isto porque, na decisão de primeira instância e no colegiado da turma do TRF-4, foi possível identificar que no sistema penal nacional há uma ânsia por punição, sobretudo em casos envolvendo pessoas públicas, e que há setores da mídia a fomentar a necessidade de prisão de todos os acusados de algum crime, ainda que tudo indique que possam ser inocentes.

Acrescente-se a isso que a imprescindível imparcialidade do Juízo, do MP e da PF foi, durante todo processo, ferida diuturnamente com manifestações de juízos de valor em mídias sociais, entrevistas “ao vivo” etc. Um acordo de cordialidade com a própria Justiça, muito antes que com as partes no processo

envolvidas, parece não existir. A imparcialidade foi desrespeitada em decisões judiciais fundamentadas em “convicções”, em uma anunciada “neutralidade política” dos seus atores e em um “clamor social”.

Não exerço adivinhações, mas é irrefutável que a ministra presidenta do STF, que atua com parcialidade utilizando seu poder sobre a pauta, em breve não poderá mais se opor que sejam (afinal) apreciadas as Ações Declaratórias de Constitucionalidade que tratam do Artigo 283 do Código de Processo Penal: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. E Lula será solto, porém permanecerá inelegível perante o TSE, tão impregnado da parcialidade referida.

De outra parte, sabemos que não se pode impor uma pena fora do devido processo legal e, principalmente, sem a apresentação das provas, ônus que cabe ao acusador, e que “trânsito em julgado” quer dizer exaurimento (“esgotar completamente”) de recurso. A famosa posição do STF ao se pronunciar em 2016 já fora contestada por diversos segmentos; até mesmo pelo Conselho Federal da OAB.

Em meio a isso, a criminalização de alguns campos políticos por parte do Judiciário (mais MP e PF) e da imprensa partidarizada se acentuou. Desse conjunto talvez tenhamos à frente o maior caso de *lawfare* realizado.

Por fim, não menos trágico, nosso STF querendo “interpretar” o inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal por meio de citações estrangeiras, cujas teorias jamais poderiam ser aplicadas como nossos ministros querem. Ou o que desejam alguns congressistas em final de mandato: alterar mesmo a redação do inciso LVII do artigo 5º da nossa Constituição, mesmo sabedores do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 60 do mesmo texto. A intervenção federal-militar no Estado do Rio de Janeiro impede apreciação de qualquer PEC (inciso I) e o inciso IV desse mesmo artigo protege as cláusulas pétreas contra qualquer tentativa de retirar direito e garantias individuais. Como diria uma personagem de Jô Soares: “Me tira o tubo!”



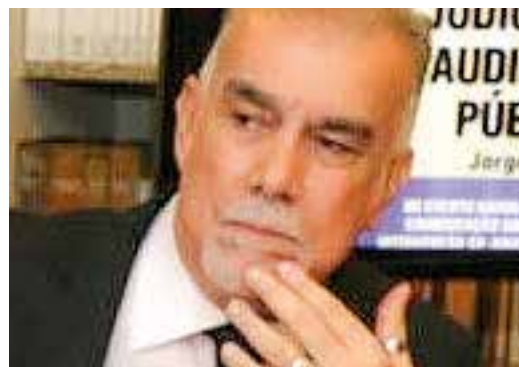
Entendo que vivemos um processo em etapas sucessivas e que não se esgota com a decisão do Supremo.

No máximo, traz o desfecho de uma das etapas do processo eleitoral. Tenho a intuição de que isso vai perdurar durante muito tempo. Sobre a nossa combatida economia, esta não convive bem com incertezas, de difícil visão no que esse processo caminha e, no meu ponto de vista, há erros grandes de condução da política econômica brasileira neste momento. Os efeitos cumulativos da crise são muito preocupantes e, evidentemente, alguma iniciativa deveria ser tomada na perspectiva de ampliar o debate econômico durante o período.

DAVID KUPFER

Professor e diretor do Instituto de Economia

A HISTÓRIA É MOBILE



FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

Professor Titular de História Moderna e Contemporânea/ IFCS-UFRJ

Já ouvimos muito sobre corrupção no Brasil, incluindo apresentações digitais para o grande público. Se fosse tão fácil de “desenhar”, como querem nossos juristas que inventam leis e interpretações mirabolantes e aprendizes de ciências sociais tomados por fúria messiânica, tudo estaria resolvido. Na verdade, há um “habitus” e para entendê-lo é necessário ler, com cuidado, Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Darcy Ribeiro, Josué de Castro e Maria Yedda Linhares – alguns dos “grandes” da UFRJ. Buscar as formas e representações desse “habitus”, que é a própria cultura brasileira e, por isso, não é reformável.

Precisamos mudar de baixo para cima, transformá-la em sentido mais justo e igualitário descontaminando-a de séculos do egoísmo de classe expresso na escravidão do homem e da terra, criada e recriada durante seus cinco séculos de História. Sistemas se constroem, se estruturam, na História e se reproduzem através de grupos sociais. Foram tais grupos sociais, as elites dominantes na História brasileira, que impuseram um “habitus” do “vale-tudo”, da indistinção entre o público e o privado, do trabalho para os pobres e o ócio às custas do Estado para os bem-nascidos. Tais valores não vivem de brisa. A mesma magistratura, que diz passar o país a limpo, usufrui e reproduz a crença de serem os “eupátridas” da nova era

– aqueles que podem acumular as sinecuras, as prebendas, emolumentos sem o serviço devido, deixando o público ao sol e à chuva, enquanto gozam de indecorosos “auxílios” que sobrepasam o salário de qualquer trabalhador.

Não será a importação de bizarras doutrinas jurídicas ou exóticos sistemas abstratos que não se sustentam sobre um solo e sob um céu, iluminado pelo sol tropical, que darão uma resposta à muita saúva e ao outro tanto de cupim da República no Brasil. A eleição da corrupção como o “mal maior” não esconde a manobra espúria de varrer a desigualdade e a injustiça social da pauta urgentíssima, nem tão pouco que o vingador das classes médias é o mesmo que usufrui das “sinecuras”, dos cargos “sem preocupações”, que seus “privilégios”, suas “privadas leis”, lhes asseguram.

Assim, suas narrativas desmancham no ar.

Quarta, quinta e nesta última sexta-feira (4, 5 e 6 de abril) – este o dia mais longo da República – os homens da toga pensaram em tomar a História nas mãos, em seu absurdo absolutismo, pensaram que eram os atores únicos da História e a escreveriam ao seu bel-prazer. Mas, a História, essa velha dama rebelde, “è mobile”, sensível e amante do povo, da multidão, do imprevisto, da tormenta e das trincheiras e gosta de pregar peças aos incautos.

Os togados tomaram a bola e exigiram cobrar pênalti. Mas não sabiam sequer onde era o gol. Não se blefa com adversário – é preciso acumular meios e força e aí não é blefe, é luta: vontade contra vontade. O outro time acumulou meios e fez uma boa concentração: o time da toga levou uma lavada. Os que apostaram no rapto da História – os militares, políticos, parcela amortecida da Nação e broto daninho do fascismo – ficaram aturdidos. Embaixo da toga não havia nada. E o povo rebelde tomou a História nas mãos, pelas mãos, com as mãos e reescreveu o roteiro. Eis o imprevisto da História.

Agora o que vier é lucro. Forjou-se uma narrativa “do povo” contra “os poderosos”, incluindo os que não precisavam falar e falaram.

Historiadores, como Giuseppe Verdi, sabem: a História, como “la donna, è mobile” e ama o povo.



Acho que há dois tipos de movimento: um de responsabilidade pública, institucional, e um de responsabilidade militante. Abrir um debate legítimo do ponto de vista dos direitos humanos e da criminologia crítica, de uma análise da conjuntura e das tendências em curso, tenho feito desde os governos Dilma e Lula. A universidade tem de fazer o contradiscurso, com espaço para professores defenderem suas posições. A não perda dos direitos políticos da presidenta expressou a brutal gravidade do quadro que se iniciou. Hoje a gente vê que todos aqueles que conduziram o processo têm situação jurídica pior. Nesse momento, o que eu tenho feito na universidade é ampliar o espaço público de debate, levo as questões e o contraditório aqui dentro é garantido. E tenho procurado pessoas que têm formulação adequada e analítica sobre a conjuntura. Fora da universidade, acompanho as causas democráticas e cidadãs que sempre acompanhei.

PEDRO CUNCA BOCAUYVA

Professor do NEPP-DH



Fui às manifestações contra esta prisão, que me preocupa no contexto da fragilidade das instituições. Venho conversando com colegas. Houve politização da Justiça e até as Forças Armadas interferem na política, seja na declaração do general antes do julgamento, seja na intervenção na segurança do Rio. As instituições não estão ocupando seus devidos lugares. Filiei-me ao PSOL. As eleições serão importantes para mobilizar as pessoas a refazer o quadro institucional. Precisamos tirar um presidente ilegítimo e renovar o Congresso.

TATIANA ROQUE

Professora do Instituto de Matemática

LULA SE TRANSFORMOU NUM TROFÉU DA LAVA-JATO



Estudioso das ditaduras brasileiras, o historiador **Carlos Fico** analisa a atual crise como desdobramento do impeachment de **Dilma** – com a instauração de um quadro de quase anomia. Para o professor titular do Instituto de História, a prisão do ex-presidente **Lula** se transformou em troféu da Lava-Jato. O docente alerta para o risco de exacerbação da violência física durante as eleições.

QUASE ANOMIA

● A crise de hoje se iniciou com o impeachment de Dilma Rousseff, que inaugurou um luto simbólico. É um tema clássico da análise historiográfica, a morte real ou simbólica do chefe de Estado. Isso abre um quadro de quase anomia, de crise institucional e quase suspensão da normalidade. A gente vê isso nessas idas de vindas do Supremo, na decisão de iniciar uma intervenção no Rio... O impeachment foi um momento de morte simbólica.

HISTÓRIA

● Outro grande momento (dessa incerteza) foi a morte efetiva de Getúlio Vargas. Até horas antes, muita gente clamava pela renúncia. Quando o suicídio ocorreu, foram chorar a morte do presidente. O tema da morte do chefe de Estado, do rei, do príncipe, desde Roma antiga, é um momento inaugurador de um problema, de um temor.

LULA

● O ex-presidente se transformou num troféu da Lava-Jato, alguém que, segundo os procuradores, tinha de ser preso. A correria para a emissão do mandado de prisão mostra o quanto ele se transformou num troféu muito ansiado. A decisão judicial não me compete analisar. Compete à Justiça. Simbolicamente, Lula se tornou um troféu. Para culminar, houve essa pressa na emissão do mandado de prisão. Existe na sociedade uma percepção de que seria uma situação diferenciada em relação a outros investigados. Vamos acompanhar a situação do ex-governador mineiro Eduardo Azeredo, do PSDB, julgado e condenado em primeira e segunda instâncias. Agora vão ser

julgados seus embargos. Ele vai ser preso? Se for preso com a mesma celeridade é uma coisa. Se não, dá uma impressão negativa.

PRESSÃO MILITAR

● O comandante do Exército (general Villas Boas, que expressou “repúdio à impunidade”) tinha que ter sido demitido. Não se pode admitir que chefes do Exército pressionem. Não importa que tenha pressionado contra o Lula ou a favor. Não importa a posição. Ele teria de ter sido demitido. Mas é governo Michel Temer, um governo frágil.

VIOLÊNCIA

● Do ponto de vista da sociedade, a polarização tem caminhado para manifestações de violência. O meu temor é que essas manifestações de radicalização acabem marcando as eleições. Isso costuma ocorrer como exacerbação depois desses fatos simbólicos que levam a sociedade a momentos de quase excepcionalidade.

APOIO DE LULA

● Ele vai conseguir transferir algum patamar de votos, não sei qual. Quem ele apoiar será beneficiado.

FIM DA CRISE

● Não vejo que a eleição conclua a crise. A não ser que tivéssemos um candidato capaz de congregar a sociedade em torno não apenas de um projeto de governo, mas de uma proposta de unificação simbólica, que não temos. Tememos que a campanha seja marcada por violência física. Não a tradicional violência do discurso político, mas confronto físico, com derramamento de sangue. É muito triste.



A notícia da condenação foi a pior possível, apesar de ser previsível. Todo o sistema que levou ao golpe em 2016 se desdobra e se consolida nesse episódio da prisão de Lula. Moro é um agente norte-americano no Brasil. O que eles estão fazendo não é criar impeditivos de uma candidatura somente, mas estão criando obstáculos ao desenvolvimento autônomo do Brasil. Isso se reflete com a Petrobras não gerindo mais as reservas de pré-sal, hoje discute-se a privatização da Eletrobras. Hoje, é muito difícil reagir. Fui aos atos no Circo Voador, estive junto de Lula no Teatro Oi Casagrande. O papel dos intelectuais tem sido esse, de demonstrar apoio e participar das atividades. Mas acho que falta algo mais. A universidade em si é muito reprimida. Em 2016, por exemplo, organizamos uma atividade com candidatos à prefeitura do Rio no segundo turno e hoje somos alvo de um inquérito do Ministério Público, que entendeu como campanha.

LUIZ PINGUELLI

Professor emérito da Coppe



Estamos em uma conjuntura preocupante em relação às eleições e à própria democracia. É o momento de dialogar sobre isso com colegas que concordam ou não com a prisão de Lula. Pessoalmente, estou incentivando os professores a enviar cartas de apoio ao ex-presidente. Estou divulgando o endereço para envio das mensagens. E distribuindo adesivos “Somos Todos Lula” entre os pares. Também estou estimulando uma visita, em Curitiba, de uma comitiva de docentes e pesquisadores.

LIGIA BAHIA

Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva e diretora da Adufrij